

## MILITARES NA POLÍTICA: o processo político eleitoral de 2018

### MILITARY POLICY: the 2018 electoral political process

Rafaella Lopes Martins Jaeger<sup>1</sup>  
Maria do Socorro Sousa Braga<sup>2</sup>

**Resumo:** Nas eleições de 2018 a maioria do eleitorado brasileiro elegeu para a Presidência da República a chapa formada por um capitão do Exército, Jair Messias Bolsonaro, até então no PSL, e o general Hamilton Mourão (PRTB) como vice. Pela via eleitoral oficiais da reserva do Exército chegaram ao cargo mais importante do país, sendo, portanto, legitimados pelas urnas após quase quarenta anos de funcionamento dessa segunda experiência de democracia competitiva. Em uma sociedade com o histórico de intervenções militares como a brasileira, esse evento tem muitas implicações políticas, simbólicas e culturais. Para estudá-lo precisamos de uma agenda de pesquisas. Neste artigo exploratório visamos nos introduzir nesses temas buscando averiguar como essa aparente “união estável” entre integrantes das Forças Armadas e o atual presidente vem se realizando desde a campanha eleitoral. Para isso analisamos, inicialmente, discursos de campanha e em eventos que revelam como foi se concretizando essa aliança. Em seguida verificamos como essa corporação foi integrada ao governo por meio do mapeamento dos cargos ocupados. Na última seção expositiva, desenvolvemos o caso específico da Funai para abordar a influência da política de militarização do governo de Jair Bolsonaro.

**Palavras-Chave:** Jair Bolsonaro. Forças Armadas. Governo.

**Abstract:** In the 2018 elections, the majority of the Brazilian electorate elected for the Presidency of the Republic the slate formed by an army captain, Jair Messias Bolsonaro, until then in the PSL, and General Hamilton Mourão (PRTB) as deputy. Through the electoral route, officers from the Army reserve arrived at the most important position in the country, being, therefore, legitimized by the polls after almost forty years of operation of this second experience of competitive democracy. In a society with a history of military interventions like the Brazilian one, this event has many political, symbolic and cultural implications. To study it, we need a research agenda. In this exploratory article, we aim to introduce ourselves to these themes, seeking to find out how this apparent “stable union” between members of the Armed Forces and the current president has been taking place since the election campaign. To do this, we initially analyzed campaign speeches and events that reveal how this alliance came about. Then we see how this corporation was integrated into the government by mapping the positions held. In the last expository section, we developed the specific case of Funai to address the influence of the militarization policy of the Jair Bolsonaro government.

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, e-mail: [rafaellalmjaeger@gmail.com](mailto:rafaellalmjaeger@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7186-9219>

<sup>2</sup> Professora e Pesquisador do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, e-mail: [msbraga@ufscar.br](mailto:msbraga@ufscar.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2141-9778>

---

**Keywords:** Jair Bolsonaro. Armed Forces. Government.

---

## 1. Introdução

O resultado das eleições gerais de 2018 colocou o Brasil entre as sociedades latino-americanas desta quadra democrática que elegeram presidentes vinculados às Forças Armadas<sup>3</sup>. Várias devem ser as razões explicativas para esse retorno de militares ao comando desses países por meio de eleições democráticas com apoio majoritário da população. Mas esse não é o foco deste artigo. Visamos, antes disso, investigar como se deu e se expressou essa aliança entre o ex-capitão e deputado federal Jair Messias Bolsonaro (no então PSL) e integrantes dessa corporação ainda na formação da chapa presidencial, ao longo da campanha e, depois de eleito, no governo. Essa vinculação é importante para entendermos, por um lado, como um político, como o então capitão do Exército na reserva desde 1988, para assumir uma cadeira na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro naquele pleito, portanto, com mais de 30 anos de trajetória na política brasileira, foi o escolhido por esses setores militares para juntos disputarem a Presidência da República com as demais forças político-partidárias. Mas também poderá nos levar a identificar nos seus discursos os valores, atitudes, demandas e interesses dessa corporação, por outro lado.

Ademais, a análise dos cargos ocupados pelos militares nesse governo poderá nos indicar a medida da influência desse setor corporativo. Como veremos, a nomeação de militares foi uma promessa de campanha de Jair Bolsonaro, mas o alargamento de sua influência se deu ao longo do seu mandato.

Estruturamos este trabalho em seis seções. Na seguinte, situamos historicamente e constitucionalmente as relações entre civis e militares na política brasileira. Na terceira seção analisamos como vem se dando essa aliança em termos de defesa dos interesses, demandas e comportamentos entre o presidente e setores

---

<sup>3</sup> Entre esses países estão Venezuela, elegendo o Tenente Coronel Hugo Chávez pela primeira vez em 1998, permanecendo no poder por 14 anos (de 1999 a 2013, quando faleceu).

das Forças Armadas por meio dos discursos proferidos ao longo da campanha e de eventos que revelam como foi se dando essa vinculação/participação. Na quarta seção, verificamos como essa “união estável” se concretizou, analisando como o poder Executivo foi compartilhado com os militares por meio da formação do seu ministério e cargos de liderança. Na quinta seção, focaremos nosso olhar para o caso da Funai que evidencia a influência da política de militarização do governo de Jair Bolsonaro sobre o órgão. Na última seção teceremos as considerações finais.

## **2. Contextualizando as relações entre civis e militares na política brasileira pós transição democrática**

A transição de regime no Brasil teve como um de seus capítulos a eleição indireta de 1985 que elegeu Tancredo Neves<sup>4</sup>, marcando o início do processo de redemocratização. Sua morte, dias depois, interrompeu a posse, passando o cargo ao seu vice, José Sarney, que diferentemente de Tancredo, não representava uma pessoa distante do regime militar. Pelo contrário, era um nome que agradava os militares. Tinha sido presidente da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação do regime ditatorial (1969-1985) e, após reforma partidária de 1979, do Partido Democrático Social (PDS).

Saídos de um regime que foi marcado pelo alinhamento na relação civil-militar, o processo de redemocratização manteve os laços com as Forças Armadas, mas passaram a assumir um outro papel, tornando visível a distinção e competência de cada um nessa relação. Na teoria, pelas palavras de Jorge Zaverucha (1998), “a polícia é responsável pela ordem interna, enquanto os militares encarregam-se dos problemas externos”. Na prática, o artigo 142, da Constituição de 1988, cita as funções das FA em uma democracia seguida pelos princípios positivistas, assumindo que:

As forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da pátria, à

---

<sup>4</sup> Primeiro presidente eleito. Ainda que de forma indireta e com algumas restrições.

---

garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL, 1988)

No que diz respeito à garantia da lei e da ordem, acabou representando a relação de forças na época da instauração da constituição de 1988.

No ano seguinte, começou a ser discutida a criação do Ministério da Defesa, a fim de organizar essas relações. O que se esperava por parte da sua constituição era que as Forças Armadas, que fizeram parte de ministérios independentes<sup>5</sup>, não mais intervissem na vida política do país. Sendo assim, o ministério foi pensado para que houvesse um ministro da defesa civil que responderia ao presidente da República e este conduzisse administrativamente a pasta, de forma a facilitar as relações entre civis e militares no Brasil. O que na visão de Oliveira e Soares (2000), buscou-se colocar os assuntos militares sobre a influência e controle civil.

Ainda nesse sentido, foi aprovado originalmente pelo Decreto 5.484, de 30 de junho de 2005 o documento de Política de Defesa Nacional, atualizado em 2012, passando a se chamar Política Nacional de Defesa (PND). Mesmo ano em que a Lei Complementar 97/1999, alterada pela Lei Complementar 136/2010, previu a obrigatoriedade do Executivo na divulgação de documentos essenciais para a compreensão da defesa nacional, sendo eles: o Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional. Lançados em 2012 e com atualizações a cada quatro anos.

Como vimos até aqui, ao longo das últimas quarenta décadas houve várias tentativas de regulamentar e demarcar a atuação das Forças Armadas, que passaram a possibilitar cada vez mais uma visão da instituição como fomentadora de políticas públicas. Segundo Nóbrega Júnior (2010), vários são os motivos pelos quais o processo de militarização da segurança pública limitou a democracia brasileira. As prerrogativas, no que diz respeito ao tema, acabaram por legitimar sua atuação e garantir autonomia, fato que ainda hoje dificulta o controle civil e, por consequência, prejudicaria a convivência democrática entre Estado, sociedade e aparato militar.

---

<sup>5</sup> Esses ministérios seriam: Ministério da Marinha, Ministério do Exército e Ministério da Aeronáutica, que foram instintos. Sendo ocupado posteriormente pelo Ministério da Defesa.

Observando-se a história latino-americana<sup>6</sup> é possível notar um forte laço nessa relação. Depois de mais de 20 anos de governos militares e com a democracia chegando a sua fase adulta, entramos em um novo período de retorno de integrantes das Forças Armadas (FA) ao Executivo, através de eleições democráticas e de amplo apoio popular. Para Passos (2019), alguns países, particularmente aqueles integrantes da ALBA<sup>7</sup>, a relação com os militares ainda é abertamente política, tendo em vista a seguridade que as FA garantem ao sustentar políticos eleitos. Sobre o caso brasileiro, Passos destaca que essa relação se dá pelo prestígio adquirido da instituição perante a sociedade civil.

Ao longo da história política brasileira é possível notar esse alto prestígio associado à carreira militar e à própria corporação. Difundida no imaginário coletivo e utilizada na retórica política, as FA são tidas como uma instituição blindada à corrupção e de combate à violência. E apesar da associação direta entre militar e política, institucionalmente não seja possível, previsto na constituição, ela facilmente une essas dimensões aos interesses políticos e eleitorais. Análises referentes à confiança nas instituições brasileiras apontam índices altos de confiança nas FA, em detrimento dos partidos políticos. O chamado “sacrifício da própria vida” em prol da defesa da pátria, se consagrou como representação de valores simbólicos, morais e hierárquicos que dão corpo a uma identidade que cerca este ofício.

A par de tudo isso sobrevive, desde o século XIX, uma cultura militar que propala serem os militares mais preparados do que os civis para o exercício de funções que necessitem de risco, disciplina, prazos e responsabilidade. Uma cultura que diz serem eles superiores aos civis do ponto de vista moral, cívico e patriótico. (D'ARAUJO, 2000, p.15)

Isso porque, o ethos militar está amparado em três pilares essenciais: hierarquia, disciplina e um sentimento de pertença que os une. Seus princípios constitutivos, diferentemente dos do Estado de direito, estão ancorados nos princípios

---

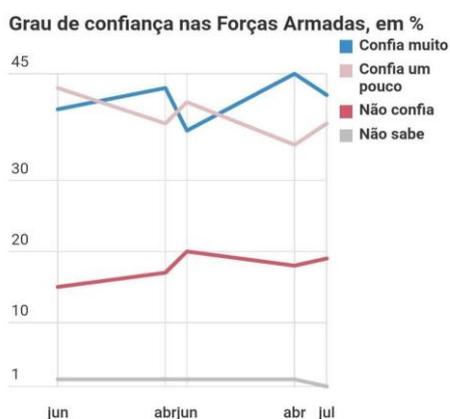
<sup>6</sup> Detalhada no artigo “Los civiles y militares en América Latina: avances y retrocesos”, escrito por Arturo C. Sotomayor.

<sup>7</sup> Atualmente a ALBA é formada pela Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua e Dominica, além do interesse de países como Equador e São Vicente e Granadinas de ingressar nesse bloco.

da moralidade e não se amparam nas leis. Este é propagado através do forte vínculo existente no interior do aparato militar, materializado em suas escolas e centros de treinamento.

Para exemplificar, resgatamos a pesquisa realizada pelo DataFolha, em julho de 2019, que se propunha a medir os níveis de confiança das instituições, destacamos aqui, as Forças Armadas e os Partidos Políticos, a fim de contribuir para a discussão. Os gráficos a seguir, revelam que enquanto 42% dos entrevistados confiam muito nas FA, apenas 4% tem essa mesma atitude em relação aos Partidos.

**FIGURAS 1 e 2 - Confiança nas instituições**



Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.086 entrevistas realizada entre 4 e 5 de julho em 130 municípios de todo o Brasil; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%



Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.086 entrevistas realizada entre 4 e 5 de julho em 130 municípios de todo o Brasil; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%

Nas palavras de Jair Bolsonaro (em janeiro de 2019), em pronunciamento na Cerimônia de Transmissão de Cargos para Gerais e Comandantes das Forças Armadas, podemos verificar essa construção na perspectiva militar:

Um breve histórico, já que falamos sobre defesa, fui amigo do senhor Leônidas Pires Gonçalves, então ministro do Exército, a partir de 2002. Muito conversava com ele, inclusive em sua residência e, ele me contava sempre dos contatos que tinha com o até então presidente da república José Sarney, em um dado momento da Câmara/Senado, usei da palavra, já que era uma sessão conjunta, e me reportei a esse fato saudando o José Sarney, que sempre quando findava o ano arranjava uma maneira de conseguir recursos extras para contemplar as Forças Armadas, com o equivalente a 1 Bilhão de dólares. E diga-se de passagem, não havia contingenciamento naquele

tempo. Com Sarney tivemos também o 13 salário. Depois tivemos Fernando Collor de Mello, eu não posso deixar de aceitar a lei delegada número 12, onde Vossa Excelência conseguiu e por intermédio dela, resultou na nossa carreira, criando a gratificação de atividade militar. Muito obrigado pelo reconhecimento! Depois tivemos também o senhor Itamar Franco, onde no meio do seu mandato, nós tivemos aqui uma dita isonomia salarial. Durou pouco tempo, mas foi bem vinda. Depois tivemos outro governo e os senhores sabem qual foi, tivemos alguns problemas, em especial comigo, mas prosseguimos a nossa jornada. *Criou-se em 1999 o Ministério da Defesa, apenas três Deputados votaram contra o Ministério da Defesa e no entendimento de um deles, que era eu, é que ele não estava vindo por uma necessidade militar, mas sim por imposição política. E tudo se transformaria em uma incerteza a partir daquele momento e obviamente, que pese alguns bons ministros civis que tivemos, prezado Raul Jungmann, nós fomos um tanto quanto esquecidos. E esquecidos por quê? Porque as Forças Armadas, senhor Ministro Toffoli, senhora Raquel Dodge, às Forças Armadas são o obstáculo para aqueles que querem usurpar do poder.* (grifos nosso)

Chamamos a atenção para o último trecho desse discurso sobre a votação do Ministério da Defesa, onde até aquele momento, o então deputado federal Jair Bolsonaro optou por votar contra sua criação, e justifica a decisão como “imposição política” e não uma “necessidade militar”, demarcando que questões relacionadas à defesa do Brasil tinham que ser discutidas e decidida pelos Militares. Seguindo ainda, uma lógica que coloca os militares em um espaço superior aos direitos civis.

Como demonstrado neste breve histórico, “as Forças Armadas haviam deixado o governo mas não o poder ” (ZAVERUCHA, 1994, p. 189), onde permaneceram ocupando um espaço significativo na política brasileira ao menos ao longo de toda redemocratização. Gerando como consequência a autonomia da instituição, o que dificulta a subordinação militar em relação ao controle civil, essencial para a consolidação do regime democrático. Mas com os governos civis da coalizão de centro-direita encabeçada pelo PSDB (1994-2001) e, particularmente, dos de centro-esquerda, liderada pelo PT (2002-2015), quando foi aprofundado um conjunto de ações, dispositivos e estudos denominados justiça de transição para enfrentar e superar momentos de conflitos internos, violação sistemática de direitos humanos e violência massiva contra grupos sociais ou indivíduos que ocorreram durante o regime militar, novos capítulos da história das FA brasileiras pareciam tomar outro rumo num contexto poliárquico. O descontentamento de alas reacionárias dos militares com a possível continuidade da esquerda no comando do país ficou, particularmente

explícito, nas eleições de 2018 quando resolveram apostar todas suas fichas na política partidária, participando diretamente da chapa vencedora.

### **3. Construção da “União Estável” entre Jair Bolsonaro e setores das Forças Armadas: origens, estratégias e interesses corporativos**

Assumidamente de direita já passou por vários partidos dessa “família partidária<sup>8</sup>”, o então cidadão Jair Bolsonaro iniciou sua vida pública em defesa das pautas militares, mais tarde incorporou também as forças de segurança pública. Capitão reformado, ficou pouco mais de dez anos no Exército e completou mais de três décadas na política. Foi expulso da corporação após uma série de medidas disciplinares, incluindo questões salariais. Reconhecido entre seus pares como um cidadão que reivindicava os direitos de sua classe, entrou para a vida pública em 1988, no início do processo de redemocratização. Desde então ligou a carreira militar à sua trajetória política e em seus discursos traz elementos que reforçam a defesa de interesses corporativos. Eleito vereador (1988-1991) e depois deputado federal (1990-2019), manteve o discurso de defensor dos militares, com vários pronunciamentos pedindo aumento salarial e mais investimentos nas Forças Armadas. O maior número dos projetos que apresentou na Câmara, 53, atendem a interesses dos militares. Outra área com grande número de projetos apresentados é a segurança pública, com 44. Mas nenhum foi aprovado.

Em pesquisa realizada pelo Estadão, em março de 2019, o então Deputado Federal, Jair Bolsonaro, mencionou o Regime Militar em pelo menos um a cada quatro discursos catalogados, referente aos anos de 2001 a 2018. Dos 901, 252 mencionaram esse período, o que representa 28% de seu discurso político. Todos em contextos de exaltação dos militares e oposição à esquerda.

Nesta seção analisaremos a aliança entre Jair Bolsonaro e setores das Forças Armadas por meio de discursos proferidos ao longo da campanha de 2018 e início de

---

<sup>8</sup> Embora se apresente como novato na política nacional, Bolsonaro teve um comportamento já “velho” e bem comum na trajetória de vários políticos brasileiros: ele passou por inúmeros partidos do campo da direita tradicional (PPB/PPB/PP, PDC, PFL, PTB e PSC) até se filiar no começo de 2018 no PSL.

seu governo. Foram selecionadas, falas que marcam a intersecção nessa relação, em busca de identificar: valores, atitudes, demandas e interesses comuns.

Antes de dar início, cabe destacar que, pretendemos identificar como vem se dando a defesa dos interesses das FA em seus discursos para fins eleitorais. Estabelecida através de duas considerações: a primeira, como vimos na seção anterior, referente aos índices de confiança das instituições, em especial, os partidos (representando o establishment) e as Forças Armadas e; a segunda, considerando também, que não há um registro de profissões no TSE e cada cadastro realizado pelo candidato, pode ser registrado de uma forma diferente. No caso de Jair Bolsonaro, já se registrou como político, deputado federal e membro das Forças Armadas.

Partindo do momento que marca o início de todo esse processo que culminou com sua eleição para a Presidência da República, chamamos atenção para o anúncio oficial de sua candidatura, na convenção do PSL, realizada no dia 22 de Julho de 2018, no Rio de Janeiro. Na ocasião, o candidato resgata sua história com as Forças Armadas e reforça seus valores: “Conhecendo o exército, prestei concurso para a Academia Militar das Agulhas Negras, com 38 vagas apenas para todo o Brasil. O ensino daquela época, com muita responsabilidade, sem ideologia de gênero e sem doutrinação, fui aprovado.” (BOLSONARO, 2018) Com discurso contrário ao que ele chama de "da submissão ideológica" e de "amarras ideológicas", Jair Bolsonaro propunha combater a "ideologia de gênero" e conduzir uma economia "sem viés ideológico".

Para pensarmos sobre esse posicionamento do candidato presidencial, trazemos a definição de ideologia de Heywood que apresenta as seguintes características: a) uma “explicação da ordem vigente” associada a uma “visão de mundo”; b) ter implícito a ideia de uma “sociedade ideal”, “desejável”; c) explicar como chegar a este modelo, como promover a mudança (2010, p. 25). Pontos presentes no próprio discurso “anti-ideologia” “a-político”, do ex-capitão, apontando como a sociedade funciona e deveria funcionar, agregando uma conotação negativa ao conceito e, por sua vez, ocultando sua ideologia, com o propósito de se aproximar de uma ideia de neutralidade e apartidarismo. Na visão de Cristóbal Rovira Kaltwasser (2017) isso não seria possível, visto que (...) “Academicamente, todos os discursos

são ideológicos”. No caso do então candidato Jair Bolsonaro observamos a presença da demarcação do seu campo de atuação e sua visão de mundo, no caso o campo conservador, defendido amplamente pelos militares e políticos evangélicos próximos a ele.

A ideologia também parece ser ponto chave para a escolha de seu vice. Jair Bolsonaro, teve suas indicações recusadas por outros três nomes antes de Hamilton Mourão aceitar o cargo. Os nomes anteriores foram do pastor e Senador pelo Espírito Santo, Magno Malta (PR), representante forte da bancada evangélica; em segundo, o General do Exército, Augusto Heleno (PRP) e, por fim, a advogada Janaína Paschoal (PSL), conhecida por ter sido coautora do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Foi eleita em 2018 a deputada federal mais votada do Brasil. No anúncio do nome oficial, na convenção do PSL, o candidato afirmou que “no momento, eu deixo de ser o capitão, o general Mourão deixa de ser general, nós passamos a ser a partir de agora soldados do Brasil.” (BOLSONARO, 2018) Mobilizando a construção de um imaginário coletivo que apresenta os dois atores como figuras dispostas a lutar pelo país, completado pelo Mourão: um governo austero, honesto, sem corrupção, com eficiência gerencial, relacionamento republicano com os demais poderes, ou seja, sem balcão de negócios.

A cultura militar é conhecida e tem sido reforçada pelo atual presidente como parâmetro de valores que devem ser seguidos. Em suas palavras: “No quartel você tem companheirismo, patriotismo, disciplina, hierarquia, amor à pátria. Na política, não!” (BOLSONARO, 2018). Isso parte de uma formação educacional de imersão profunda e distinta do ambiente civil, onde sobressaem valores individuais dos membros das FA. A construção de um *ethos* firmado em características morais, revela um lado positivo e, por consequência, movimentado para fins eleitorais. O prestígio militar, segundo essa visão, não foi afetado pelo regime ditatorial. Pelo contrário, evidencia características que deveriam fazer parte da essência do ator político. Afinal, como perguntou o próprio: “ para quem jurou dar a vida pela pátria, o que é dar a vida pelo mandato?” (BOLSONARO, 2018)

Sobre a composição de seu governo, o candidato à presidência disse em setembro/2018, através de sua conta no Twitter que “Antes de qualquer resultado,

temos encontrado nomes qualificados para compor nosso time. Na prática, é a garantia de uma equipe comprometida com interesses da nação e não com indicações de lideranças de partidos políticos, o que tem mantido o Brasil na lama nos últimos governos” (2018). Nesta parte, cabe ressaltar, a marca da antipolítica como justificativa para indicações “não-políticas” a cargos estritamente políticos. No mês seguinte, em outra publicação pela mesma rede, afirmou que em suas diferenças para outros candidatos, seu grupo estaria livre para “escolher nossa equipe pelo critério técnico e pela eficiência”. Não devemos cargos nem favores que coloquem em xeque a autonomia de nosso governo e a soberania de nosso país. Nossa aliança é com a sociedade!” Pelo discurso, a expectativa era uma equipe formada por profissionais especializados nas áreas de atuação, fora de indicações políticas pelo pagamento de apoio; na prática, fica no discurso. Ponto que abordaremos de forma mais profunda na próxima seção.

Por diversos momentos, suas falas são marcadas pela defesa da extinção do inimigo, no caso a oposição, ou mais precisamente os petistas, tidos como comunistas. Jair Bolsonaro, através da militarização do seu discurso, que em grande medida se assemelha com o que é trazido no discurso populista, evidencia a dicotomia entre “nós” povo versus “eles” establishment (como o mesmo se refere), se apoiando no ethos do prestígio militar para promover um distanciamento da considerada “velha política”, mesmo sendo figura política há muitos anos. Vejamos no trecho a seguir, em seu discurso, via celular, para manifestação de apoiadores na Avenida Paulista, dia 22 de Outubro de 2018:

Estou aqui porque acredito em vocês. Vocês estão aí porque acreditam no Brasil. Ninguém vai sair dessa pátria, porque essa pátria é nossa. Não é dessa gangue, que tem uma bandeira vermelha e a cabeça lavada. Sem indicações políticas, faremos um time de ministros que realmente atenderá a necessidade do nosso povo. Podem ter certeza. Vocês podem confiar em nós. Porque nós confiamos em vocês. (BOLSONARO, 2018)

Em contexto marcado por crise política e econômica, apoiado no discurso fincado na moralidade e no nacionalismo, constrói um canal de confiança que mobiliza os sentimentos de devoção à pátria e reforça sentimentos como de insatisfação que, naquele momento, tomava conta da população. Motivo pelo qual, a chamada, “direita

envergonhada” e, podemos dizer, que outros setores não necessariamente de direita, mas que comungavam dessa insatisfação, se mobilizaram e foram as ruas defender essa candidatura. Que na avaliação do próprio, se tratavam de pessoas que estavam “salvando a nossa pátria.” (BOLSONARO, 2018)

O discurso de segurança pública, como visto na seção anterior, é pensado sob os parâmetros das Forças Armadas. Em suas promessas de campanha, dizia que veríamos: “as instituições sendo reconhecidas[...] uma polícia civil e militar com retaguarda jurídica para fazer valer a lei”. (BOLSONARO, 2018) Argumento reforçado em seu discurso de posse:

Vamos honrar e valorizar aqueles que sacrificam suas vidas em nome da nossa segurança e segurança dos nossos familiares. Contamos com o nosso congresso nacional para dar respaldo jurídico para os policiais realizarem seu trabalho. Eles merecem ser respeitados! Nossas Forças Armadas terão as condições necessárias para cumprir sua missão constitucional de defesa da soberania do território nacional e das instituições democráticas, mantendo suas capacidades dissuasórias para resguardar nossa soberania e proteger nossas fronteiras. (BOLSONARO, 2019)

As soluções defendidas pelo novo presidente sobre demandas de combate à violência, foram amplamente popularizadas. No mesmo dia, em seu discurso de recebimento da faixa presidencial, Jair Bolsonaro reafirmou seu compromisso de campanha: “Nossa preocupação será com a segurança das pessoas de bem e a garantia do direito de propriedade e da legítima defesa, e o nosso compromisso é valorizar e dar respaldo ao trabalho de todas as forças de segurança”. (BOLSONARO, 2019) Além do fortalecimento das Forças de segurança, em especial as FA, apresentava como uma de suas principais propostas de políticas públicas a liberalização do porte legal de armas<sup>9</sup>. Em transmissão ao vivo no Facebook, defendeu que “cidadão de bem” possa, “com algumas poucas exigências”, ter arma em casa.

No dia seguinte à posse, seu pronunciamento para Generais e Comandantes das Forças Armadas, na Cerimônia de Transmissão de Cargos demonstra parte das

---

<sup>9</sup> Proposta que deu seu primeiro passo, no dia 15 de janeiro de 2019, quando assinou como um de seus primeiros decretos, número 9.685, alterando o Decreto nº 5.123, que regulamenta a Lei nº 10.826, sobre a posse e comercialização de armas de fogo e munição.

razões dessa união entre segmentos militares e o presidente. Trata-se de uma fala onde fica evidente todo ressentimento e o descaso que as FA teriam vindo sofrendo desde a transição democrática, passando pelas Comissões da Verdade e a justiça de transição. Nas palavras de Jair Bolsonaro, a situação que o Brasil chegou: “é uma prova incontestável que o povo e sua grande maioria, quer hierarquia, quer respeito, quer ordem e quer progresso”. (BOLSONARO, 2019) Expressando então, demandas compartilhadas pelo “povo”, na visão do presidente, uma parcela homogênea da sociedade, que se une através da insatisfação e, por assim dizer, em busca de satisfazer interesses comuns. Retoma uma frase que fez parte de sua campanha: “Se eu estou aqui é porque acredito nos senhores(as). E se os senhores(as) estão aqui é porque acreditam no Brasil” e justifica sua escolha para o Ministério da Defesa, onde deixa claro “foi minha e pessoal”.

Em evento de comemoração aos 400 dias de Governo, nomeado *O Brasil Já Mudou*, o presidente apresenta um panorama geral desde o processo de redemocratização, onde para ele a instituição é alvo de perseguição e sucateamento. Questiona, “por que essa perseguição às Forças Armadas, por parte da esquerda?” onde responde que a instituição, se colocando como parte da mesma<sup>10</sup>, é o último obstáculo para o socialismo. Resgatando uma dicotomia entre capitalismo e socialismo comum na Guerra Fria, mas que perdeu o sentido após o fim da União Soviética. Acrescenta: “mas a alma, a vontade e o patriotismo do soldado da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, não se abateram. E digo aos senhores, os senhores tem um governo também hoje em dia que reconhece a atividade militar como sendo essencial para a manutenção da nossa democracia.” (BOLSONARO, 2020) E aí, pensando a democracia, como algo ligado inteiramente a defesa dos direitos<sup>11</sup> humanos, as FA, como uma instituição que cumpre a função constitucional de garantir esses direitos, deve sua proteção como dever militar. Ainda que, como conhecido em nossa história, já tenha atentado contra sua existência.

<sup>10</sup> “Porque nós das Forças Armadas sempre fomos o último obstáculo para o socialismo. Por isso a perseguição.” (Bolsonaro, 2020)

<sup>11</sup> Artigo 142 da Constituição Nacional de 1988, citado na primeira parte do artigo.

#### 4. O estado militarizado

Três décadas após o fim da ditadura, as Forças Armadas aumentaram sua presença no aparato do Estado brasileiro com a chegada do presidente Jair Bolsonaro à presidência da República em 2019, ao buscar nos militares a base de sustentação de seu governo. Já contabiliza mais militares do que a maioria dos governos ditatoriais, ou seja, chega a ser superior a três dos cinco presidentes<sup>12</sup> daquele regime, cada um com sete nomes. Empatando com Costa e Silva e atrás de Castelo Branco, com doze militares no comando dos ministérios. Essa foi mais uma de suas promessas de campanha sendo implementada, pois ainda quando deputado federal, Jair Bolsonaro chegou a declarar que se eleito presidente, entregaria metade aos militares.

Embora existam ministérios que tradicionalmente são compostos por militares, como por exemplo o Ministério da Defesa. A recriação do Gabinete de Segurança Institucional - GSI e a militarização do Ministério da Defesa, que desde o governo de Michel Temer passa a ter um oficial no comando - indo contra os princípios de criação da pasta - fez com que esses dois ministérios garantissem uma concentração maior de militares. Mas como veremos nesta sessão, estes estão espalhados por praticamente todos os órgãos que compõem o governo. Aqui, verificaremos como essa “união estável” se concretizou analisando a participação militar no poder Executivo e mais precisamente, na formação de seu ministério. Inicialmente, apresentaremos os dados de forma geral, demonstrando o aumento expressivo nessa gestão em comparação com anteriores<sup>13</sup>:

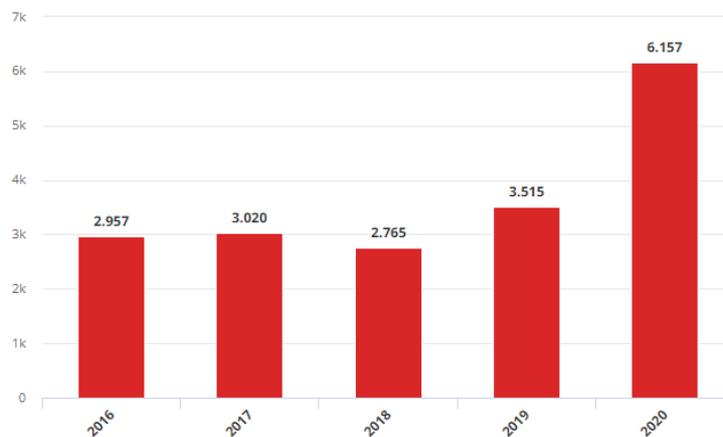
#### FIGURA 3 - Militares no governo (ativa e reserva)

<sup>12</sup> Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo.

<sup>13</sup> Dois últimos governos: Dilma Rousseff e Michel Temer. Contabilizando também o primeiro e segundo ano do governo Jair Bolsonaro.

### Militares em cargos civis no governo

Militares da ativa e da reserva desde 2016



Fonte: Tribunal de Contas da União

FONTE: Tribunal de Contas da União e G1

As informações do gráfico acima revelam um aumento de 47% no número de militares em cargos civis no governo de Bolsonaro. São 6.157 militares, onde dentre eles, 2.643 estão em cargos comissionados do governo (43%). É digno de nota ressaltarmos que em plena democracia a participação militar em cargos estratégicos da administração pública não é privilégio do governo Bolsonaro, mas comum a todos os governos civis comparados. Embora não possamos desenvolver esse aspecto aqui, fica como dimensão a ser estudada em outras pesquisas.

Como já vimos, o próprio Presidente Jair Bolsonaro, ex-Capitão Reformado e o seu Vice Hamilton Mourão, General Reformado, vem do Exército. Mas ainda no Gabinete presidencial há mais militares nos órgãos que compõem a presidência. Dentre eles, no cargo de Porta-voz, no Gabinete de Segurança Institucional e na Secretária-Geral<sup>14</sup>, conforme mostra quadro I abaixo:

**QUADRO 1 - Militares no Gabinete Presidencial (2019)**

Presidência da República	Cargo no governo	Patente/Instituição

<sup>14</sup> Órgão que compõe a Presidência apesar do status de Ministério.

Otávio do Rêgo Barros	Porta-voz	General do Exército
<b>Gabinete de Segurança Institucional</b>		
Eduardo Villas Bôas	Assessor	General do Exército
<b>Secretaria-Geral</b>		
Floriano Peixoto Vieira Neto	Secretário-executivo	General do Exército
Maynard Marques de Santa Rosa	Secretário especial de Assuntos Estratégicos	General do Exército
Lauro Luís Pires da Silva	Secretário especial de Assuntos Estratégicos adjunto	General do Exército
Walter Félix Cardoso	Assessor especial da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência	Coronel do Exército
Gilberto Barbosa Moreira	Secretário de Administração	Coronel do Exército

FONTE: O número foi apontado por fontes do Palácio do Planalto consultadas por GaúchaZH (2019).

O time é formado por sete militares, todos do Exército Brasileiro com passagem em pelo menos uma das instituições que fizeram parte da formação militar, do presidente<sup>15</sup>, sendo cinco Generais e dois Coronéis. Mas qual é o perfil dos militares que aderiram ao governo Bolsonaro? Para verificar a presença dos militares na chefia dos ministérios, elaboramos o quadro II a seguir que apresenta o nome dos ministros, patente / instituição - situação (ativa ou reserva) e suas formações, aspecto que comentaremos mais adiante.

#### QUADRO 2 - Ministros Governo Bolsonaro (2019-2020)

<sup>15</sup> Escola preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

<b>Nome</b>	<b>Cargo no governo</b>	<b>Patente/Instituição</b>	<b>Formação</b>
Walter Souza Braga Neto	Ministro da Casa Civil	General do Exército (Reserva)	Carreira militar
Augusto Heleno	Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional	General da reserva do Exército (Reserva)	Carreira militar
Luiz Eduardo Ramos	Ministro Chefe da Secretaria de Governo	General do Exército Exército (Ativa)	Carreira militar
Jorge Antonio de Oliveira Francisco	Ministro Chefe da Secretaria Geral	Major da Polícia Militar do Distrito Federal (Reserva)	Formado em Direito e em Administração de Segurança Pública. Pós-graduado em Direito Público, é também especialista docente em Assessoria e Consultoria Parlamentar.
Fernando Azevedo e Silva	Ministro da Defesa	General do Exército (Reserva)	Carreira militar
Marcos Pontes	Ministro da Ciência e Tecnologia	Tenente - Coronel da aeronáutica (Reserva-aposentado)	Engenheiro e astronauta
Eduardo Pazuello	Ministro da Saúde	General do Exército (Ativa)	Carreira militar
Tarcísio Gomes de Freitas	Ministro da Infraestrutura	Capitão do Exército (Reserva)	Engenheiro

Wagner Rosário	Ministro da Controladoria Geral da União	Capitão do Exército (Reserva)	Graduação em Ed. Física e Fisiologia do Exército. Mestre em Combate à corrupção e Estado de Direito. Graduado e Pós-Graduado em Ciências Militares.
----------------	--	-------------------------------	---

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos dados fornecidos pelo site do Governo Federal e pesquisas individuais dos ministros.

Dentre os vinte e dois ministros, foram nomeados oito das Forças Armadas e um membro do alto escalão da Polícia Militar, o que representa 40% do total preenchido por militares. Apenas um encontra-se ainda na ativa, Eduardo Pazuello, atualmente Ministro da Saúde<sup>16</sup>. Repete-se o predomínio do Exército, exceto com dois ministros, membros de outras forças de segurança. O primeiro deles é o Major da Polícia Militar, Jorge Oliveira, responsável pela Secretaria Geral e o segundo, o Tenente-Coronel aposentado da Aeronáutica Brasileira, Marcos Pontes, Ministro de Ciência e Tecnologia.

Entrando nos ministérios, a partir de uma análise de seus integrantes, elaboramos o quadro III apresentado a seguir no mesmo padrão, trazendo informação de suas principais lideranças em cada pasta.

**QUADRO 3 - Militares que integram cada Ministério (2019)**

<b>Militares por Ministérios</b>		
<b>Ciência e Tecnologia</b>	<b>Cargo no governo</b>	<b>Patente/Instituição</b>
Carlos Alberto Flora	Secretário-executivo adjunto	Coronel do Exército
Elifas Chaves Gurgel do Amaral	Secretário de Radiodifusão	Coronel do Exército

<sup>16</sup> Após uma série de trocas de nomes ministeriais para a pasta durante a pandemia do novo Coronavírus e do próprio Eduardo Pazuello permanecer como ministro interino por um tempo.

Celestino Todesco	Chefe do gabinete do ministro	Brigadeiro Aviador da Aeronáutica (Reserva)
Antonio Franciscangelis Neto	Secretário de Políticas Digitais	Tenente Brigadeiro do Ar da Aeronáutica (Reserva)
Gerson Nogueira Machado de Oliveira	Assessor do ministro	Tenente Brigadeiro do Ar da Aeronáutica (Reserva)
Rogério Troidl Bonato	Diretor do Departamento de Telecomunicações	Coronel aviador da Aeronáutica (Reserva)
<b>Educação</b>		
Ricardo Roquetti	Diretor de programa da Secretaria Executiva	Coronel Aviador da Aeronáutica (Reserva)
Robson Santos da Silva	Assessor especial do Ministro	Coronel do Exército (Reserva)
<b>Defesa</b>		
Edson Diehl Ripoli	Chefe de Gabinete	General do Exército
<b>Infraestrutura</b>		
Jamil Megid Júnior	Secretário Nacional de Transporte Terrestre e Aquaviário	General do Exército (Reserva)
<b>Meio Ambiente</b>		
Nader Motta	Secretário de Orçamento, Finanças e Gestão	General do Exército (Reserva)
<b>Justiça e Segurança Pública</b>		
Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira	Secretário Nacional de Segurança Pública	General do Exército (Reserva)
Freibergue Rubem do Nascimento	Coordenador-geral de Estratégia da Senasp	Coronel do Exército

José Arnon dos Santos Guerra	Coordenador-geral de Políticas da Senasp	Coronel do Exército
Marcelo Lopes de Azevedo	Coordenador-geral de Licitações da senasp	Coronel do Exército
Alexandre Oliveira Fernandes	Assessor técnico do gabinete do ministro	Suboficial da Aeronáutica

FONTE: O número foi apontado por fontes do Palácio do Planalto consultadas por GaúchaZH (2019).

São mais de dezesseis militares em cargos de destaque, dez do Exército e seis da Aeronáutica. Os cargos ocupados por militares não acabam por aí. Isso é o que mostra os dois primeiros quadros<sup>17</sup>. Cabe aqui destacar que os dados apresentados são limitados e vem sofrendo alterações desde o início do seu mandato, principalmente nas pastas referente aos ministérios. Além destes, outros militares ocupam posições de comando em Estatais e Órgãos de repressão, como mostra o quadro IV a seguir.

#### QUADRO 4 - Militares em empresas estatais (2019)

Caixa Econômica Federal	Cargo no governo	Patente/Instituição
Marcos Perdigão Bernardes	Assessor	Capitão de mar e guerra da Marinha
Almir Alves Junior	Assessor	Capitão de mar e guerra da Marinha
Mozart de Oliveira Farias	Assessor	Brigadeiro da Aeronáutica
<b>Correios</b>		
Juarez Aparecido de Paula Cunha	Presidente	General do Exército
André Luis Vieira	Assessor especial	Coronel do Exército

<sup>17</sup> Construída a partir de dados disponíveis na internet.

<b>DNIT</b>		
Antônio Leite dos Santos Filho	Diretor - geral	General do Exército
André Kuhn	Diretor - executivo	Coronel do Exército
<b>Funai</b>		
Franklimberg Ribeiro de Freitas	Presidente	General do Exército
<b>Itaipu</b>		
Joaquim Silva e Luna	Diretor Geral	General do Exército
<b>Petrobra</b>		
Eduardo Bacellar Leal Ferreira	Presidente do Conselho	Almirante da Marinha
Carlos Victor Guerra Naguem	Gerente - executivo de Inteligência e Segurança Corporativa	Capitão - Tenente da Marinha
<b>Superintendência da Zona Franca de Manaus</b>		
Alfredo Menezes	Superintendente	Coronel do Exército
<b>Telebras</b>		
José Orlando Ribeiro Cardoso	Diretor Administrativo - Financeiro	General do Exército
<b>Empresa de Serviços Hospitalares</b>		
Oswaldo Ferreira	Presidente	General do Exército
<b>Incra</b>		
Jesus Corrêa	Presidente	General do Exército

FONTE: O número foi apontado por fontes do Palácio do Planalto consultadas por GaúchaZH (2019).

Os dados acima mostram quinze militares à frente de dez empresas estatais, representando dez do Exército, quatro da Marinha e um da Aeronáutica. De forma

mais genérica, através de dados coletados pelo Poder 360<sup>18</sup> (2020), são quarenta e seis empresas, que empregam diretamente pelo menos quinhentos e dezoito fardados. A participação dos militares na administração do Estado no período autoritário foi tratado no livro “A militarização da burocracia<sup>19</sup>” de Suzeley Kalil Mathias. Desde a redemocratização, nunca houve um número tão expressivo de militares no executivo e ainda pouco se sabe sobre essa participação. Mas alguns veículos de comunicação já vem noticiando que a demora nas privatizações<sup>20</sup> prometidas pelo governo se deu pela presença expressiva dos militares que não querem perder espaço. A demissão do General Juarez Cunha, da presidência dos Correios, que será tratada mais adiante, mostra uma mudança na composição dos militares, que não representa perda para a ala militar. O fato é que, como mostra o quadro V, o número de militares no governo chama atenção para um novo regime híbrido no Brasil, onde os civis passam a ser governados pelos militares em plena democracia eleitoral.

**QUADRO 5 - Número de militares em posições de comando apresentados no artigo**

<b>Exército</b>	<b>Aeronáutica</b>	<b>Marinha</b>	<b>Polícia Militar</b>
Coronel 11	Coronel 2	Capitão 3	Major 1
General 21	Brigadeiro 2	Almirante 1	
Capitão 2	Tenente 3		
	Suboficial 1		
<b>34</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>1</b>

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos dados apresentados nas tabelas anteriores.

<sup>18</sup> <https://www.poder360.com.br/governo/militares-ocupam-518-cargos-22-estatais-brasileiras/>

<sup>19</sup> [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=9iANAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA11&dq=militares+e+estatais&ots=VL5S12Xuu-&sig=4Su\\_u1-8iYzvGfinHJZG6JC2n2A#v=onepage&q=militares%20e%20estatais&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=9iANAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA11&dq=militares+e+estatais&ots=VL5S12Xuu-&sig=4Su_u1-8iYzvGfinHJZG6JC2n2A#v=onepage&q=militares%20e%20estatais&f=false)

<sup>20</sup> Desentendimento pelo qual gerou a demissão do General Juarez Cunha da presidência dos correios e após seu pronunciamento foi noticiado.

Contabilizando quarenta e sete militares indicados a cargos de liderança no governo, podendo chegar a quarenta e nove somando o presidente e o seu vice, eleitos. Dentre estes, muitos são contemporâneos da época ativa de Jair Bolsonaro, formados na Escola Superior de Guerra (ESG) e Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Dividido entre as Forças, 27 compõem o corpo do Exército Brasileiro, 7 fazem parte da Aeronáutica, 4 da Marinha e 1 da Polícia Militar.

Conforme vimos nesses quadros, Bolsonaro ao cumprir sua promessa de campanha de governar com os militares, ao mesmo tempo buscou reforçar sua narrativa antipolítica e anti elite, se afastando da maioria da classe política tradicional ao menos nos dois primeiros anos de governo. Ainda nesse sentido e analisando o quadro II de seus ministros e cargos ocupados, vemos pessoas que em sua formação e meio de atuação, não preenchem as capacidades necessárias para muitos dos cargos ocupados. Onde cinco dos nove, têm sua formação plena na academia militar e dentre os outros quatro, dois são engenheiros, um é formado em educação física e apenas um deles tem formação em Direito e Administração de Segurança Pública.

Nesta parte, nos cabe analisar o papel dos militares em cargos integralmente políticos, exigidos pelas chefias dos ministérios, considerados como alguns dos maiores cargos do sistema partidário brasileiro, desempenhando papéis de destaque nas grandes repartições governamentais. A contradição posta entre esses dois papéis, se dá pelo fato de que a cultura militar reforça aspectos voltados ao confronto com o inimigo, diferentemente da política que exige uma relação de diálogo e construção de consenso.

Na prática, a exemplo, do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, - que lidera a pasta em período de pandemia - tem sua formação plena na carreira militar e assume o cargo ainda na ativa do Exército. Atualmente, atua aos comandos de Jair Bolsonaro. Administra suas funções com um viés político e ideológico<sup>21</sup>, não de combate ao vírus, mas em mira aos adversários políticos do presidente. Isso revela um caráter político que o chefe do executivo insiste em negar, como também o pouco preparo de seus ministros. Que apresentam em contrapartida, uma forte obediência às vontades do

---

<sup>21</sup> Como vimos, a ideologia está presente em toda e qualquer atividade, mais evidente ainda quando a algo de carácter político, neste caso, nos cabe analisar qual a ideologia está por trás.

seu capitão. Em outras palavras, e utilizando a ideia de Leonardo Boff, de política com P (maiúsculo) e p (minúsculo), vemos como a política de Jair Bolsonaro, deixou para trás a Política embutida em seu discurso. Onde a primeira carrega objetivos e imposições individuais e a segunda, é responsável com as demandas sociais.

Para além do fator curricular, que a priori parece não dar conta das necessidades gerais exigidas aos cargos, apontamos também que muitos destes entraram na carreira militar e, em especial, na Academia Militar das Agulhas Negras, entre os anos de 1973 a 1974, geração em que pertence a Jair Bolsonaro. Apesar do presidente discursar em protesto a estruturas de indicação que não preenchem as necessidades do “povo”, o que se pode ver são nomeações que parecem ser explicadas e garantidas através de contatos individuais e particulares. Nesse sentido, vemos o que foi dito por Celina Souza: a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. (SOUZA, 2006, p. 36)

Numa relação contextual, se trata de uma geração que se formou no período em que a ditadura militar passava por uma descompressão, conjuntamente também muito marcada pela luta contra o comunismo - como vemos até hoje. De modo geral, ao mesmo tempo em que existe essa relação direta com a ditadura, esperava-se que estes militares estivessem adotado preceitos democrático. Em contrapartida, a realidade que está posta, nos apresenta um cenário de retomada dos militares na vida política.

Em boa medida essa relação amigável entre o presidente e as FA acontecia desde sua atuação efetiva como parlamentar. As indicações militares eram esperadas em um futuro governo do capitão, a contradição se deu com o fato de que os nomes indicados que seriam responsáveis por fazer valer as vontades do “povo”, tem se mostrado cada vez mais reféns das vontades do presidente e quando não, são facilmente substituídos.

Outra contradição, apontada em pesquisa realizada pelo Estadão/Broadcast (2014-2018), mostra que Jair Bolsonaro destinou 59,2% do total de suas emendas para a corporação. Em valores, isso representa a somatória de 45 milhões, dos 76 milhões, que o parlamentar movimentou. Recursos que o então deputado Jair Bolsonaro defendeu para a instituição com o argumento de que esse montante seria

destinado para o fortalecimento da segurança pública, bem como para a diminuição da violência. Mas, segundo a reportagem, foram destinados majoritariamente para a saúde de servidores e militares, sendo revertido a interesses individuais.

Na próxima seção, discutiremos o caso da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no qual analisaremos a influência da política de militarização do governo de Jair Bolsonaro sobre o órgão.

## 5. O caso da Funai

A relação de influência do Estado sobre as questões indígenas vem de um longo processo. Em 1910, no governo de Nilo Peçanha, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), administrado pelo Ministério da Agricultura e Comércio. O órgão foi extinto em 1967 pelo governo militar de Costa e Silva e substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada pela lei 5.371, dia 5 de dezembro do mesmo ano, que unia os antigos SPI, o conselho Nacional de Pesquisa Indígena (CNPI) e o Parque Nacional Indígena do Xingu. Órgão desde então vinculado ao Ministério da Justiça. No decorrer do regime militar, coube a Funai, segundo Rodrigues (2005), o papel de trabalhar políticas desenvolvimentistas com as populações indígenas, colocando muita das vezes os interesses indígenas em segundo lugar.

Uma das primeiras ações do governo Jair Bolsonaro (2019-atual), no dia 1 de janeiro, foi através de uma Medida Provisória nº 870, conhecida como “MP dos ministérios”, que colocou o órgão sob a gestão de dois ministérios, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos<sup>22</sup> e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Mudança que gerou divergência no Congresso, onde Deputados e, posteriormente, Senadores votaram retirando tal trecho da MP. No final do mesmo ano, o Superior Tribunal Federal (STF) impôs uma derrota ao governo do presidente recolocando a Funai aos cuidados do Ministério da Justiça e Segurança Pública. De

---

<sup>22</sup> Criado em seu governo (2019).

forma geral, tanto a criação da SPI e de sua sucessora (FUNAI) estabelecem a política indigenista como responsabilidade do Estado brasileiro.

De acordo com Weber (1996), o Estado, devido a sua autoridade condicionada pela dominação racional legal, define uma hierarquia na relação entre as pessoas. No caso, o chefe do Estado, Jair Bolsonaro, apresenta uma compreensão de mundo que estabelece o “povo” como um grupo homogêneo e antagônico a posições contrárias às suas. Diante disso, sua relação com as questões indígenas está colocada em um ponto oposto ao seu. Tal grupo, em sua visão, precisaria ser inserido na sociedade, em uma espécie retrógrada de processo civilizador das questões indígenas que víamos em períodos como o do regime militar.

Órgãos como a Funai que tem como objetivo incentivar e promover políticas de valorização e preservação da cultura indígena, vão em contramão às crenças do presidente. Apesar do seu objetivo claro, a administração do Estado, como visto na história dos povos originários, por muita das vezes foi marcada por um modelo desenvolvimentista estipulado por aqueles que estão no comando. Uma relação paradoxal do que é proposto e objetivado pela instituição tendo em vista as assumidas. Como exemplo, a cláusula da MP, que a vinculava a dois ministérios, em que primeiro apresentava um carácter “moral” / “civilizatório” e segundo colocava a demarcação de terra indígena em risco e entregue aos chamados ruralistas. Diante disso vemos uma inversão do caráter político que tinha como objetivo ser dado à instituição.

Aqui, portanto, nos interessa tratar como a militarização da cultura indígena, assim como em outros setores da política no Brasil, já havia sido anunciada por Jair Bolsonaro. Tendo isso em vista, destacamos o primeiro indicado à presidência da Funai, o general da reserva, Franklimberg Ribeiro de Freitas, sendo desligado do cargo em junho de 2019 por desavenças com a bancada ruralista. Seu nome foi substituído pelo delegado da Política Federal, Marcelo Augusto Xavier da Silva. De um total de 37 coordenadorias regionais do órgão, mais da metade das superintendências estava aos comandos de membros das Forças Armadas. Como veremos no quadro abaixo:

**QUADRO 6 - Militares nas Coordenadorias Regionais da Funai**

<b>Coordenadorias Regionais da Funai</b>	<b>Aos comandos de</b>	<b>Patente das Forças Armadas</b>
Alto Purus - Rio Branco (AC)	José Ciro Monteiro Júnior	Fuzileiro Naval
Juruá - Cruzeiro do Sul (AC)	Marco Antonio Gimenez	Capitão do Exército
Alto Solimões - Tabatinga (AM)	Jorge Gerson Baruf	Fuzileiro Naval da reserva
Madeira - Humaitá (AM)	Cláudio José Ferreira	Tenente do Exército
Manaus - Manaus (AM)	Francisco de Souza Castro	Tenente coronel
Médio Purus - Lábrea (AM)	Cássio de Oliveira Pantoja	Tenente do Exército
Rio Negro - São Gabriel da Cachoeira (AM)	Auri Santo Antunes de Oliveira	Tenente do Exército
Baixo São Francisco - Paulo Afonso (BA)	Nailton Alves da Gama	Capitão do Exército
Maranhão - Imperatriz (MA)	Mozeni Ferreira da Cruz	Exército
Campo Grande - Campo Grande (MS)	José Magalhães Filho	Capitão Reformado
Noroeste do Mato Grosso- Juína (MS)	Euclides Marques dos Santos Filho	Capitão do Exército
Ribeirão Cascalheira - Ribeirão Cascalheira ( MT)	Jucielson Gonçalves Silva	Fuzileiro Naval
Xingu - Canarana (MT)	Adalberto Rodrigues Raposo	Fuzileiro Naval
Baixo Tocantins - Marabá (PA)	Marcelo Mello de Menezes	Tenente do Exército
Kayapó Sul do Pará - Tucumã (PA)	Raimundo Pereira dos Santos Neto	Paraquedista
Guarapuava - Guarapuava (PR)	José Luiz Tussi Perazzolo	Capitão Reformado

Passo Fundo - Passo Fundo (RS)	Aécio Galiza Magalhães	Coronel da Reserva do Exército
Araguaia - Palmas (TO)	Osmar Gomes de Lima	Oficial do Exército

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir de dados na internet (2019).

Dentre os dezenove nomeados, quinze deles fazem parte do corpo da ativa e da reserva do Exército brasileiro e os outros quatro da Marinha. Exemplificaremos, em meio aos 37 nomes substituídos, através do caso do Alto Solimões - Tabatinga (AM), onde o Fuzileiro Naval da reversa, Jorge Gerson Baruf, substituiu a Mislene Metchacuna Mendes, filha de líder local e coordenadora da regional há 5 anos. A interferência política no órgão, que até o momento era gerido de forma livre, gerou protestos de indígenas que alegavam falta de conhecimento do militar para exercer tal função. Esse, portanto, é mais um exemplo do padrão do governo Bolsonaro de buscar governabilidade, ou seja, por meio de suas indicações abrir espaço para os fardados na máquina do Estado brasileiro.

Em termos de cultura militar, apresentada brevemente neste artigo, identificamos a supervalorização de características morais deste segmento em detrimento da cultura do outro, partindo do pressuposto da oposição que faz parte de sua essência. A entrada dos militares na Funai representa a imposição de outros valores e, portanto, o movimento contrário ao objetivo do órgão que seria preservar e promover a cultura indígena. Além disso, evidencia uma prática na qual o capitão denunciava e repudiava em sua campanha. É mais um exemplo explícito das indicações políticas e pessoais de seu governo, visto a interferência da instituição até o momento livre para suas tomadas de decisão, somada à qualificação nula dos nomeados.

## 6. Considerações Finais

Muitos foram os fatores que garantiram a vitória do candidato Jair Bolsonaro na eleição de 2018. Seguramente um deles foi sua aliança com os militares. O

presente artigo se propôs a analisar a relação do ainda candidato com as Forças Armadas e a presença dessa instituição no seu governo. Com uma carreira parlamentar iniciada desde a redemocratização, quando foi eleito Vereador em 1988, em 1990 elegeu-se deputado federal pelo PDC pela primeira vez, reelegendo-se por sete vezes por vários partidos (PPR/PPB;PTB;PFL;PSC). Pelo que vimos acima, hoje fica mais evidente que essa conjugação de forças atendeu aos interesses de ambos os grupos. Isso porque, se de um lado, a família Bolsonaro precisava se unir a segmentos que lhe proporcionam capital político e simbólico suficientes para ter uma votação nacional, os militares, de outro lado, viram uma oportunidade de voltarem a ter o controle da máquina do estado brasileiro. E a maioria do eleitorado nacional embarcou em sua narrativa com forte ênfase na mentalidade militar e no prestígio da corporação, mobilizando temas como a segurança pública e o combate à corrupção. Marcando, assim, uma inflexão na história política democrática brasileira, de retorno dos militares ao controle de cargos civis de comando, mas desta vez pelo voto popular.

Historicamente apontamos elementos constitucionais que marcaram a relação civil-militar já no processo de transição política, quando os militares buscaram controlar a abertura e como se daria a redemocratização, em uma tentativa de demarcar e regulamentar a participação dessa corporação no estado democrático. Desde então começaram as animosidades entre as elites políticas e setores militares descontentes com o papel que caberia à corporação nessa nova ordem. Esses sentimentos de ressentimento seriam ainda mais aprofundados com o processo de apuração das atrocidades cometidas durante o regime militar, quando foram criadas as Comissões da Verdade no âmbito do movimento que ficou conhecido como de Justiça de Transição. Atualmente a maioria desses militares está na reserva. Somaram-se ainda as demandas das Forças Armadas por melhores salários e renovação dos aparatos militares. De maneira geral, aponta-se que os militares na política não são uma exceção mas sim uma regra.

Vimos que a união foi oficializada na formação de seu governo, no qual o presidente garantiu amplo espaço dos militares em cargos civis, como propôs em sua campanha. Além do ex-capitão e do general Hamilton Mourão, foram nomeados mais

9 ministros e 38 em posições de comando nas estatais e outros órgãos. No geral, hoje somam 6.157 militares em cargos civis no governo. Números que representam nomeações políticas, as mesmas repudiadas por Jair Bolsonaro enquanto parlamentar e candidato à presidência. Pois, além de não cumprirem critérios profissionais para as cadeiras ocupadas, apresentam vinculações pessoais e por coincidência ou não, são contemporâneos do presidente. Mostrando um discurso não condizente com a sua prática. Outro ponto que reforça nosso argumento, é a pauta de segurança pública, muito defendida pelo até então candidato, no qual justificava a supervalorização das forças de segurança, em especial as Forças Armadas e seus profissionais, no intuito de diminuição das taxas de violência, no qual como apresentado na seção anterior teve grande parte seus recursos destinados para a saúde dos militares<sup>23</sup> e não fortalecimento das FA como instituição.

No caso da FUNAI, a entrada dos militares representaria como visto no artigo a imposição de outros valores e, portanto, o movimento contrário ao objetivo do órgão que seria preservar e promover a política indigenista. Além disso, é mais um exemplo evidente das indicações políticas e pessoais do governo Jair Bolsonaro, visto a interferência da instituição até o momento livre para suas tomadas de decisão e a qualificação nula dos nomeados aos cargos de chefia das coordenações.

De forma geral, a retomada expressiva dos militares no governo deixou em evidência o que ainda está presente na mentalidade das Forças Armadas, em especial, do Exército Brasileiro, seja não aceitando a classificação do regime militar como ditadura, tão pouco o movimento de 64 como um golpe de Estado, vimos também elogios explícitos a torturadores e, mais recentemente, reivindicarem a comemoração deste período em nome de preceitos democrático.

Para finalizar, os dados selecionados foram majoritariamente referentes ao início de seu governo, em 2019. Destacamos que no decorrer do mandato, muitas mudanças que envolveram direta ou indiretamente nomes de militares ocorreram e

---

<sup>23</sup> Orçamento destinado às unidades de saúde dos militares. A legislação brasileira estabelece que estes só podem ser usados por militares (ativa, reserva, pensionistas), seus familiares e dependentes, sendo este segmento responsável por fazer contribuições mensais para o fundo de saúde destinado a estas unidades, o que não anula todo o dinheiro público que é investido. Fato que foi evidenciado ainda mais no período de pandemia no qual militares se recusaram primeiro a divulgar dados sobre a ocupação em seus hospitais e, posteriormente, a abrir leitos - vagos - para civis.

não foi possível acompanhar todas até o presente momento. A falta de dados mais transparentes em relação às mudanças e de ampla divulgação à sociedade civil, dificulta o conhecimento de fato sobre o que foi alterado. Como exemplo, citamos o ex-Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, o General Floriano Peixoto Vieira Neto, que foi sucedido pelo Policial Militar, Jorge de Oliveira Francisco. Atualmente o General da reserva, preside os Correios, substituindo o General Juarez Cunha, demitido pelo presidente, por apresentar posições contrárias à privatização dos Correios. Ainda cabe mencionar que também tem havido a saída de militares insatisfeitos com as manobras do governo para ter governabilidade em meio a um sistema partidário parlamentar fragmentado em um contexto de crises política, social, sanitária e econômica.

Ao longo dos dois primeiros anos de governo houve mudanças importantes, seja no perfil do seu ministério, como por exemplo, a exoneração do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, seja na formação de uma base parlamentar no Congresso, o que acabou com a eleição de políticos apoiados pelo presidente Jair Bolsonaro às mesas diretoras e, o seu, conseqüente fortalecimento. Para tanto, contou com o apoio dos partidos da velha política brasileira, aliança político-partidária que o afastaria de seu discurso antiestablishment e anti-corrupção, tendo em vista que boa parte desses políticos está envolvida com denúncias de corrupção. Mas ao mesmo tempo o clã Bolsonaro se blindou contra as próprias denúncias e o presidente dos 60 pedidos de *impeachment*. Enquanto isso, a sociedade brasileira, em plena pandemia com quase 240 mil mortos, parece assistir todos esses movimentos bestializada.

## Referências

CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. 2004. **Nova História Militar brasileira**. Rio de Janeiro, FGV, p. 11-42

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. - Rio de Janeiro: Jorge Azhar Ed., 1990.

**Constituição Federal do Brasil**, 1988.

D'ARAUJO, M.C. **Ainda em busca de identidade: os desafios das Forças Armadas na Nova República.** CPDOC. Rio de Janeiro (RJ). 2000.

FERREIRA, Oliveiros. **Vida e Morte do Partido Fardado** São Paulo: Senac, 2000.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias Políticas: do liberalismo ao fascismo.** São Paulo: Ática, 2010. Vol. I.

KALTWASSER, Rovira. **The Oxford handbook of populism.** Oxford: OUP. 2017.

MAINWARING, S. BRINKS, D & PÉREZ-LINAN, A. 2001. **Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1995-1999.** Dados, Rio de Janeiro, v. 4. Disponível em; <http://www.scielo.br/pdf/dados/v44n4/a01v44n4.pdf>. Acesso em: 20.out.2020

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distinção no Brasil. O projeto militar 1973-1979.** Campinas: Papirus, 1995.

NÓBREGA JUNIOR, José Maria Pereira da. **A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira.** *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2010, vol.18, n.35, pp.119-130. ISSN 0104-4478. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000100008>.

OLIVEIRA, E. R. & Soares, S. A. 2000. **Brasil, Forças Armadas, direção política e formato institucional.**

PASSOS, Anaís Medeiros. In: **Instituições, Comportamento Político e Democracia.** Santana, Luciana da C. (org). Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2019.

PASSOS, Anaís Medeiros; MARTINEZ TRUJILLO, Maria Teresa. **Militarización y Multilateralización del policing: una Mirada a Brasil y México.** In: DABÈNE, Olivier (org). América Latina 2018: el año

RODRIGUES, Cíntia Régia. **As populações indígenas e o Estado nacional pós-ditadura militar.** São Leopoldo-RS: História Unisinos. v. 9, nº 3, p.240-245, 2005.

SAINT-PIERRE, H. L. & WINAND, É. **O legado da transição na agenda democrática para a defesa: os casos brasileiro e argentino.** In: SAINT-PIERRE, H. L. (Org.). Controle civil sobre os militares e política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai. São Paulo. Ed: UNESP. 2007.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** *Sociologias* [online]. 2006, n.16, pp.20-45. ISSN 1807-0337. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>.

WEBER, Max. **A Política como Vocação.** In: WEBER, Max. Ciência e Política, Duas Vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

ZAVERUCHA, J. Rumor de Sabres – **Controle civil ou tutela militar? Estudo comparativo das transições democráticas no Brasil, na Argentina e na Espanha.** São Paulo (SP). Ed: Ática. 1994.